

ESTADO DE SÃO PAULO

A Nação confia na Justiça Eleitoral

Política Presidencial

A candidatura Silvio Santos fez vir à tona todos os vícios de um processo eleitoral fundado numa legislação casuística, de aspectos espúrios, tais como o da facilidade de criação das legendas de aluguel, controladas por pessoas desqualificadas para a vida pública. Se não existissem essas microlegendas, em grande parte fundadas para o aproveitamento — em mil e um objetivos — do famigerado “horário gratuito”, outra excrecência da normatização eleitoral em vigor, decerto não se viabilizaria o oportunismo explícito do sr. Senor Abravanel.

Mas não resta dúvida de que o grande responsável por esta aventura, que está levando à perplexidade vastos setores — responsáveis — da opinião pública brasileira, é o presidente José Sarney. Por mais que negue e pretenda posar de “magistrado” na disputa por sua sucessão, o presidente da República, nesse final melancólico de mandato, dá mostras patentes de não se conformar com a circunstância inédita de não existir candidato algum na situação, embora haja 22 pretendentes à sua cadeira. Dá mostras igualmente notórias do grande temor de que

se acha possuído, pelo fato de o candidato que detém por larga margem a liderança em todas as pesquisas de intenções de voto ser, justamente, o crítico mais contundente, senão inimigo mais fidalgo de seu governo.

Se o presidente Sarney não tivesse vetado o dispositivo do projeto de lei eleitoral que estabelecia o prazo-limite de filiação partidária em seis meses antes da data do pleito — que teria sido, no caso, dia 15 de maio — Silvio Santos não conseguiria montar o estratagema de filiar-se ao PMB para arrematar o lugar na cédula onde está escrito o nome Armandinho Corrêa. Pelo PFL o animador de auditório teria conseguido sair candidato, mesmo sem aquele veto de Sarney, porque já estava inscrito no partido — mas só teoricamente, uma vez que o candidato Aureliano Chaves resistiu a todas as pressões e recusou-se a renunciar em favor do novo “presidenciável”. Então, quando Sarney acabou com o prazo da filiação partidária deixando em seu lugar um “buraco negro”, aprontou o esquema para que, a partir das microlegendas locáveis, qual-

quer figura pública muito conhecida do grande público pudesse aventurar-se na última hora, para desestabilizar as posições dos mais fortes concorrentes. E essa figura, chegando só para as finais do campeonato sucessório, poupando-se de todas as eliminatorias e preliminares que deixaram os competidores desgastados, contundidos ou massacrados, leva a grande vantagem de expor seus muitos telhados de vidro apenas por um curtíssimo período de menos de duas semanas.

Que se trata de um golpe de esperteza não resta dúvida. Só que por receio de que o candidato Fernando Collor de Mello, se eleito, venha a fazer uma devassa em sua calamitosa administração, prejudicando definitivamente as ambições político-regionais suas e de sua família, José Sarney não hesitou em *bagunçar* o processo eleitoral, levando o eleitorado a enorme confusão, principalmente porque até às vésperas do pleito é possível que não se saiba se o animador de auditório será ou não candidato aprovado pela Justiça Eleitoral.

Com essa “jogada”, o chefe de Estado e governo demonstrou os

anos-luz que separam a visão de um estadista da de um político de província, acostumado às pequenas “rasteiras”, às artimanhas, aos rabos-de-arraia pregados nos adversários. Não bastasse ter realizado um descabido de governo em absolutamente todos os setores, não bastasse ter-se aproveitado de todo o fisiologismo da classe política brasileira — honrosas exceções à parte — para *estimar* seu mandato por mais um ano, descumprindo a promessa feita com Tancredo Neves, não bastasse ser um dos grandes responsáveis por toda a desconfiância — senão o desprezo — que a juventude brasileira de hoje sente pelo mundo da política, enfim, não bastasse o grande desânimo que seu desastrado governo causou à sociedade civil deste país, agora o político maranhense parece pretender liquidar de vez com as esperanças de mudança dos brasileiros.

Agora, resta confiar no descortino dos membros do TSE, para que imponham a necessária respeitabilidade a esta eleição histórica. O povo brasileiro bem que o merece.